CRISE NO PARLAMENTO / Presidente da Câmara pressiona chefe do Congresso a convocar sessão para decidir sobre o imbróglio da volta das comissões mistas, que votam MPs. Senador definiu, com aval dos líderes da Casa, o retorno dos colegiados

Lira sobe tom contra Pacheco

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Com a aprovação de 100% dos líderes da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), enviou, ontem, ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ofício no qual questiona, de forma incisiva, o ato — com aval de todos os líderes do Senado — de retomada imediata das comissões mistas, que analisam medidas provisórias (MPs).

"Solicito que Vossa Excelência se digne a convocar sessão do Congresso Nacional, a fim de que a matéria seja formal e devidamente suscitada e decidida, facultando-se, dessa forma, o contraditório com a participação ampla de senadores da República e também deputados federais, com igual dignidade, e também de recorrer às respectivas Comissões de Constituição e Justiça, se for o caso", enfatizou no ofício, obtido pelo **Correio**.

A decisão de Pacheco foi anunciada na quinta-feira. Ele aceitou a questão de ordem apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dia antes, que solicitava a volta das comissões mistas. Calheiros é inimigo político de Lira.

"Do ponto de vita constitucional, esse procedimento tolheu o direito regimental de deputados e deputadas federais de contraditar a questão de ordem e recorrer da decisão de Vossa Excelência", sustentou o presidente da Câmara. "O procedimento correto, inclusive já adotada por esta casa em situações análogas, seria remeter a questão de ordem para decisão em sessão do Congresso Nacional."

Na questão de ordem, Calheiros justificou que as comissões deveriam voltar porque acabou a pandemia. Durante a crise sanitária, o Supremo Tribunal Federal determinou que as propostas deveriam ser votadas diretamente no plenário, sem passar pelos colegiados.

Geraldo Magela/Agência Senado



Pacheco (E) decidiu pelo retorno das comissões mistas, que tinham sido paralisadas durante a pandemia, o que provocou a revolta de Lira

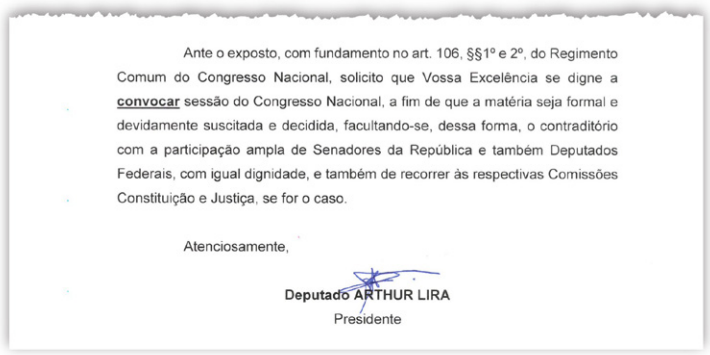


CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA

Ofício 384/2023 – GAB-PRESI

Brasília, 24 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal
Assunto: **Tramitação de Medidas Provisórias**



Ante o exposto, com fundamento no art. 106, §§1º e 2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, solicito que Vossa Excelência se digne a **convocar** sessão do Congresso Nacional, a fim de que a matéria seja formal e devidamente suscitada e decidida, facultando-se, dessa forma, o contraditório com a participação ampla de Senadores da República e também Deputados Federais, com igual dignidade, e também de recorrer às respectivas Comissões Constituição e Justiça, se for o caso.

Atenciosamente,

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

Trechos do ofício encaminhado por Lira a Pacheco no qual desafia o presidente do Congresso a votar o caso das comissões mistas

Na prática, o formato "delegou" mais poder a Lira, já que as MPs começam a tramitar pela Câmara — com a prerrogativa, o presidente passou a escolher, por meio de negociações com os pares, os relatores das proposições.

No ofício, Lira rebateu o argumento sobre a pandemia. "A Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional) foi encerrada em 22 de maio de 2022 (...) e a calamidade pública em 31 de dezembro de 2020 (...). Assim sendo, não parece justificável, um ano depois, que se altere unilateral e monocraticamente o regime de tramitação de medidas provisórias em vigor com base em tais argumentos", frisou.

Segundo o líder do PSB, Felipe Carreras (PE), na quinta-feira, houve alinhamento entre Lira e os caciques partidários da Casa para que o documento fosse enviado.

A avaliação de senadores, entretanto, é de que Lira, por não ser membro da Mesa Diretora do Congresso, não tem força para mudar a decisão "tomada à luz da Constituição Federal".

Legitimidade

Apesar de Lira reivindicar uma sessão do Congresso para analisar o ato de Pacheco, há divergências sobre a legitimidade dessa convocação.

Ao **Correio**, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) apontou que a aprovação de medidas fora do rito obrigatório gera insegurança jurídica, uma vez que a tramitação está à revelia dos requisitos previstos na Constituição. "Estamos fora da lei, correndo o risco, inclusive, de ter os projetos de lei vindos de MPs sendo questionados no Judiciário."

Também do PSDB, o senador Alessandro Vieira (SE) — que chegou a ir ao STF solicitando a retomada obrigatória dos colegiados, mas retirou o mandado de segurança após o ato de Pacheco — define as reiteradas contestações do presidente da Câmara como "desejo de permanência de concentração de poder".

Até o fechamento desta edição, Pacheco não havia se pronunciado. Parlamentares entendem, porém, que existe uma posição de discricionariedade de o senador optar por considerar ou não os argumentos de Lira.

TEMPORADA NOS EUA

Bolsonaro voltará dia 30, diz partido

» VICTOR CORREIA

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, afirmou, ontem, que o ex-presidente Jair Bolsonaro desembarcará em Brasília no próximo dia 30. A informação foi publicada nas redes sociais da sigla.

"Nosso presidente nacional, Valdemar Costa Neto, confirma a todos que Jair Bolsonaro irá retornar ao Brasil no dia **30 de março**. Bolsonaro vai desembarcar em Brasília às 7h30", disse a postagem. "Ficamos no seu aguardo, capitão, para juntos lutarmos por um Brasil mais justo e livre", completou a legenda em sua página do Facebook.

Em entrevista à Record, na quinta-feira, Bolsonaro, que está nos Estados Unidos desde o fim de dezembro, declarou que seu retorno ao Brasil estava "pré-marcado" para o dia 30 deste mês e "quase certo". "Vou trabalhar com o Partido Liberal. Vamos andar pelo Brasil e fazer política. Afinal de contas, o PL é um grande partido", frisou. "Nós temos como manter de pé essa bandeira do conservadorismo que levantamos ao longo de quatro anos", acrescentou o ex-presidente.

Ele alegou que não cometeu irregularidades ao receber da Arábia Saudita um estojo que continha um relógio com pulseira de couro, um par de abotoaduras, uma caneta, um anel e um masbaha (rosário islâmico). Disse que não tinha intenção de "sumir" com os itens e que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro ficou "sabendo pela imprensa" da existência de um segundo conjunto de joias, que foi apreendido no aeroporto de Guarulhos (SP), que seria destinado a ela.

"Nosso ministro recebeu duas caixas de presente. Uma ficou retida na alfândega, a outra foi para presente. Eu só tomei conhecimento disso um ano depois. A minha esposa tomou conhecimento pela imprensa. Ela não tem nada a ver com isso. A caixa que seria para ela está na Receita. A minha, desde o primeiro momento, falei que está à disposição", argumentou. "Tanto é que tem uma liminar do ministro Augusto Nardes, do TCU, que caiu agora, de que o material não poderia vender. Desde o primeiro momento não existe a intenção de sumir."

O ex-presidente, porém, atuou pessoalmente para tentar liberar o conjunto de joias preso na alfândega. Ao todo, foram oito tentativas desde a entrada ilegal do material, sem declaração. Bolsonaro defende que poderia ficar com os presentes e, se quisesse se desfazer deles, bastaria "pagar os impostos devidos".

O ex-presidente também disse que ia entregar "com dor no coração" armas recebidas dos Emirados Árabes Unidos. "Eu pagaria por aquelas duas armas, mas não vamos criar qualquer polêmica. A gente vai entregar as armas para a PF, e as joias em uma agência da Caixa", completou. As peças foram entregues ontem (**leia reportagem abaixo**). (**Com Agência Estado**)

Golpe militar

O retorno de Bolsonaro, se confirmado, vai ocorrer na véspera do 59º aniversário do golpe militar. Em 2019, primeiro ano do seu governo, ele pediu que fossem feitas as "comemorações devidas". Neste ano, o Exército declarou que não pretende "celebrar" a data.

Roberto Schmidt/AFP



O ex-presidente Jair Bolsonaro foi para os Estados Unidos no fim de dezembro

Ex-presidente devolve armas e joias

» HENRIQUE LESSA

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entregou, ontem, joias e armas que ganhou como presentes protocolares de governos estrangeiros. A entrega aconteceu em atendimento a uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que o ex-chefe do Executivo devolvesse o estojo masculino recebido da Arábia Saudita, além de um fuzil e uma pistola oferecidos por integrantes de uma das famílias reais dos Emirados Árabes Unidos.

O estojo da joalheria suíça Chopard foi entregue, como determinado pelo TCU, em agência da Caixa Econômica Federal, na Asa Sul. O presente dos árabes é composto de um relógio, uma caneta, abotoaduras e um masbaha, semelhante a um rosário. Somente o relógio é avaliado em mais de R$ 800 mil, com a caixa moldada em ouro e a pulseira de couro de jacaré. Só existem mais 24 peças semelhantes, produzidas artesanalmente, conforme garante a empresa suíça.

Já as armas foram deixadas na sede da Polícia Federal (PF), em Brasília, logo após a emissão de uma guia de tráfego pelo Exército. O advogado do ex-presidente, Paulo Cunha, fez a entrega, acompanhado do subtenente do Exército Osmar Crivelatti. Os itens são da marca Caracal, fabricante de armamentos dos Emirados Árabes Unidos, sendo um fuzil do modelo CAR 816, calibre 5,56mm, customizado com o nome de Bolsonaro e avaliado em R$ 40 mil; e uma pistola automática de 9mm, modelo 1911, avaliada em cerca de R$ 5 mil no mercado internacional.

A PF confirmou que recebeu "as armas presenteadas pelos Emirados Árabes Unidos à autoridade em viagem ao país" e informou que os equipamentos serão agora periciados e ficarão armazenados no órgão à disposição do TCU.

As armas teriam sido recebidas por um terceiro encarregado de entregá-las ao ex-presidente quando ele já estaria dentro do avião da Força Aérea Brasileira (FAB), na volta ao Brasil, em 2019.

O outro presente recebido do governo saudita, as joias femininas avaliadas em R$ 16,5 milhões, que seriam destinadas à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, segue em poder da Receita Federal. Foram apreendidas na chegada da comitiva do Ministério de Minas e Energia, à época comandado por Bento Albuquerque, no aeroporto de Guarulhos durante uma inspeção aduaneira.

Estadão Conteúdo



A defesa de Bolsonaro entregou um fuzil e uma pistola na PF